

MULHERES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS: UMA REVISÃO DOS CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Raquel Simas¹

RESUMO

Existe uma desigualdade de gênero na produção e na circulação do conhecimento em várias áreas científicas, inclusive nas Ciências Sociais. São homens os conhecidos clássicos de disciplinas como Sociologia e Ciência Política, aqueles que têm seus trabalhos compartilhados e que assinam os textos que predominantemente compõem os currículos acadêmicos. O currículo de Sociologia na Educação Básica reproduz esta lógica ao tratar de teorias e, mesmo na abordagem dos temas, privilegia-se uma perspectiva que destaca menos questões relevantes para as mulheres como família, trabalho reprodutivo, casamento, direitos sexuais e reprodutivos. O presente trabalho tem como objetivo apresentar um projeto de pesquisa sobre as mulheres que produziram teoria social e a possibilidade de suas teses constituírem uma referência no currículo da Educação Básica. O projeto teve início em 2019 no *campus* São Cristóvão III do Colégio Pedro II com a participação de estudantes de iniciação científica júnior e também de licenciandas vinculadas ao PIBID. Coube ao grupo investigar a produção de dez autoras mulheres, brasileiras e estrangeiras, do século XVIII ao início do século XX e refletir sobre o programa de Sociologia da instituição à luz destas teorias.

Palavras-chave: Gênero, teoria social, currículo

1 Professora de Sociologia do Colégio Pedro II (RJ), doutoranda em Antropologia pelo PPGA/UFF, e-mail: raquelsimas@id.uff.br. Mulher cis branca, residente no município de Niterói, RJ.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um projeto de pesquisa sobre as mulheres que produziram teoria social e a possibilidade de suas teses constituírem uma referência no currículo da Educação Básica. O projeto teve início em 2019 no *campus* São Cristóvão III do Colégio Pedro II com a participação de estudantes de iniciação científica júnior e também de licenciandas vinculadas ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). A demanda por mais mulheres no currículo já existia, partindo tanto de estudantes quanto da equipe docente. Coube ao grupo investigar a produção de conhecimento de mulheres no campo das Ciências Sociais do século XVIII ao início do século XX e refletir sobre o programa de Sociologia do Colégio Pedro II à luz destas teorias. As seguintes autoras, brasileiras e estrangeiras, foram estudadas: Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Harriet Martineau, Flora Tristan, Nísia Floresta, Anna Julia Cooper, Charlotte Perkins Gilman, Ida B. Wells, Alexandra Kollontai e Ercília Nogueira Cobra.

No fim de 2018, numa apresentação de trabalho que envolvia as disciplinas Física, Filosofia e Sociologia, os/as estudantes tratavam das mulheres na ciência, com a maioria dos grupos escolhendo pesquisadoras das chamadas ciências da natureza. Um grupo já havia anunciado para mim, a professora, que iria “causar” com sua apresentação, o que significava que elas iriam trazer polêmica e incômodos. A pesquisadora escolhida por este grupo era Harriet Martineau, a única representante das Ciências Sociais em todas as apresentações das cientistas de todas as quatro turmas de 1ª série do Ensino Médio (EM). A conclusão que elas expuseram consistiu numa crítica ao silenciamento sobre Martineau nas aulas de Sociologia, o que causou curiosidade no professor de Física, por considerar que a disciplina se empenhava em diminuir esta disparidade mais do que a sua própria. A minha resposta foi de concordância com as estudantes e o compromisso de romper com a invisibilidade feminina no currículo de Sociologia, ou ao menos diminuir as desigualdades entre o gênero dos teóricos, projeto ambicioso e necessário.

Apesar dos avanços na entrada de mulheres nos cursos de humanidades e de serem a maioria dos formados, a voz das Ciências Sociais continua masculina. A predominância de mulheres nesta área data dos anos 1970,

diferentemente de outras formações acadêmicas, o que não evita o chamado “teto de vidro”, as barreiras sistêmicas que impedem a chegada ao topo da carreira, e que não contribui para a legitimação delas enquanto produtoras de conhecimento. Mesmo sendo as principais detentoras de diplomas de bacharéis e graduadas, conforme há a subida na hierarquia (nos cursos de pós-graduação, na carreira docente e na direção dos institutos de pesquisa e ensino), a presença das mulheres sofre uma queda acentuada.

Toste e Candido (2016) expõem dados que, além de revelarem a divisão sexual do trabalho no campo científico, exploram a desigual produção e circulação do conhecimento ao analisarem pesquisas sobre as citações e autorias de artigos científicos e a sub-representação das mulheres nos currículos de cursos acadêmicos. A Academia, para as autoras, reproduz uma tendência socializadora dos indivíduos com rotinas e temáticas de pesquisa que impacta subjetivamente e materialmente a vida de alunas e futuras profissionais da área. Forma-se um *ethos* para os/as futuros/as pesquisadores/as em que “aquilo que é lido durante a formação do estudante tende a constituir o repertório básico do que mais tarde ele citará e valorizará em suas pesquisas” (TOSTE, CANDIDO, 2016). Assim, a ampla predominância dos teóricos homens nos currículos priva as estudantes de uma representação em diferentes dimensões, não democratizando o conhecimento. Os currículos não descrevem a presença de mulheres na sociedade; substantivamente dificultam que elas consigam relacionar suas biografias e experiências com análises sistêmicas sobre a realidade social e simbolicamente impactam nas referências que persistirão como exemplos teóricos, mantendo as Ciências Sociais como um território masculino. O silenciamento sobre as mulheres nos currículos consiste num erro na análise do social, ao não buscar compreender questões do senso comum relativas à gênero, o que acarreta uma perda de rigor científico, concluem as autoras.

Ao rotacionar o nosso olhar para uma escolarização anterior ao nível superior, identificamos também um silenciamento de teóricas mulheres nas abordagens em sala de aula no que tange à disciplina Sociologia, algo provavelmente ampliado para outras disciplinas escolares.

No ensino de Sociologia, de acordo com as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCM), o conteúdo programático pode ser desenvol-

vido por três princípios metodológicos: conceitos, temas e teorias. Moraes e Guimarães (2010) argumentam que o caminho teórico como pressuposto de ensino pode ter mais resistência dos/as estudantes e indicam que os autores clássicos pilares do pensamento sociológico, Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, são um modo de dar tratamento para conteúdos fundamentais, embora não sejam os únicos teóricos nem obrigatórios. Muitos currículos e livros didáticos de Sociologia reforçam esta lógica de ensino dentro dos três princípios, garantindo a abordagem das teorias dos considerados clássicos, às vezes iniciando o primeiro período do Ensino Médio com estas. Moraes e Guimarães (2010) alertam para o cuidado com a “aridez de explicações”, algo que o coletivo de professores do Colégio Pedro II debateu nos grupos de trabalho sobre reforma curricular no ano de 2015.

Como resultado do GT Currículo do departamento de Sociologia do Colégio Pedro II, o conteúdo programático voltado para o Ensino Médio² sofreu alterações significativas em 2016, buscando se alinhar com os temas de interesse do corpo discente e partir de discussões mais próximas das suas vivências, havendo inclusive a ampliação da abordagem das relações raciais-étnicas e dos estudos de gênero. Nesta mudança curricular, um campo de sugestão de referências indicou possíveis autores e autoras dentro dos temas de cada trimestre.³ O coletivo de professores organizou o currículo das três séries do EM com a indicação de 44 teóricos homens, os considerados clássicos Marx, Weber e Durkheim apareceram em mais de um trimestre, tal como Pierre Bourdieu. Em contrapartida foram citadas 17 mulheres, a maioria das referências delas se concentrava no trimestre cujo eixo eram os estudos de gênero. Não há imposição para apresentar as referências teóricas, mas os conceitos daqueles considerados clássicos da disciplina estão nos pontos nodais (estes sim de padronização no ensino do departamento que conta

2 O Colégio Pedro II possui também a disciplina Ciências Sociais na grade curricular do segundo segmento do Ensino Fundamental, algo pouco comum nas escolas.

3 Em 2018, o programa de Sociologia foi revisado por um grupo menor de professores do que o GT de 2015, sendo revista a escrita do mesmo e, como principal alteração, foram retiradas as referências teóricas. Contudo, os/as professores/as continuam praticando o currículo de 2016.

com mais de 40 professores divididos em 9 *campi*). Desta forma, elaborações teóricas de mulheres que poderiam iluminar aspectos da sociedade não presentes nas obras consideradas clássicas permanecem à margem do debate. A presença dos ditos clássicos aponta para discussões importantes e um conhecimento que não deve ser apagado, mas o silenciamento das teóricas reforça um androcentrismo no conhecimento.

Conforme disposto no currículo do Colégio Pedro II em 2016, o conteúdo programático dividido por temas se consolidou da seguinte forma. No 1º ano do EM, os três trimestres são organizados de acordo com as seguintes temáticas: 1) processos de socialização, 2) trabalho e sociedade capitalista e 3) ideologia, indústria cultural e contra hegemonia. No 2º ano, os trimestres versam sobre: 1) cultura, etnocentrismo e diversidade cultural; 2) raça, racismo e etnicidade e 3) gênero e sexualidade. No último ano do Ensino Médio, os temas são: 1) desigualdades e conflitos urbanos; 2) Estado, poder e política e 3) questões políticas contemporâneas.

Neste sentido, o currículo do Colégio Pedro II, com indícios que isto pode ser ampliado para as escolas brasileiras sobre o ensino de Sociologia e em geral, reproduz a desigualdade de gênero na divulgação do conhecimento ao tratar de teorias e, mesmo na abordagem dos temas, privilegia-se uma perspectiva que destaca menos questões relevantes para as mulheres como família, trabalho reprodutivo, casamento, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros. Isto significa que mesmo que o caminho metodológico escolhido não seja o teórico, temas e conceitos podem também reforçar abordagens com viés de gênero que invisibilizem teorias produzidas por mulheres, obstaculizando uma leitura da sociedade mais representativa.

É mister revisitar os cânones da disciplina na pretensão de uma Sociologia mais plural, tarefa esta que envolve uma rede de pesquisadoras, inclusive docentes em atuação na escola e estudantes da educação básica. Com este intuito, o coletivo formado em 2019 sob minha orientação, composto por 10 estudantes da escola e licenciandas do PIBID, graduandas em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), participou do projeto “Mulheres nas Ciências Sociais”. Partindo do ponto que o programa de Sociologia praticado no Ensino Médio do Colégio Pedro II não escapa de uma sub-representação das mulheres, apresentando poucas teóricas e suas

pesquisas, coube investigar a produção de mulheres nascidas nos séculos XVIII e XIX⁴, que vem sendo redescobertas com a ampliação dos estudos de gênero. Destarte, nosso projeto de iniciação científica júnior buscou combater o incômodo sobre a invisibilidade da produção científica de mulheres, reconhecendo isto como um problema na formação das estudantes e uma lacuna a ser retirada do currículo.

Para além de temáticas na área de estudos de gênero que muitas teóricas contribuíram com suas obras, o grupo se preocupou em verificar suas contribuições para temas consagrados do currículo de Sociologia da Educação Básica, como método científico, trabalho, capitalismo, relações raciais e étnicas, cultura e etnocentrismo, educação. Desta forma, buscamos romper com a noção de que o pensamento de mulher ampara apenas análises com viés de gênero, considerando que problemas sociológicos pilares são tratados pelas teóricas.

Na sessão seguinte, serão apresentados algumas das contribuições das teóricas pesquisadas, com a certeza de que é um trabalho incipiente de repensar o currículo e a desigualdade de gênero na circulação do conhecimento nesta modalidade de ensino. Pela pluralidade do grupo de pesquisa, pela dificuldade em acessar e ler as obras e pela disponibilidade para a investigação, algumas teorias foram mais aprofundadas do que outras, com destaque para a Olympe de Gouges e Harriet Martineau, pesquisadas pela professora mesmo depois do projeto ter sido finalizado. O objetivo neste artigo consiste mais em abrir caminhos para futuras pesquisas com proposições curriculares do que dissertar sobre as autoras.

AS TEÓRICAS

OLYMPE DE GOUGES

Feminista *avant la lettre* que viveu no contexto da Revolução Francesa e teve sua vida marcada por esta, sendo guilhotinada em 1793. Conhecida

4 A ideia era e continua sendo continuar o projeto para autoras contemporâneas.

como a escritora da “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”, dialogou com Jean Jacques Rousseau e os preceitos iluministas, ampliando a defesa da igualdade e da liberdade para todos os grupos, incluindo mulheres e pessoas não brancas. Sua empatia pelos povos escravizados mobilizou não só o seu engajamento político, sendo fundadora de uma sociedade abolicionista, mas a escrita de textos que caminham em outra perspectiva dos seus contemporâneos, qual seja, considerar a igualdade em sua amplitude, contradizendo os homens expoentes do racismo científico que produziram no século seguinte e hierarquizavam as raças. (SIMAS, 2022)

Os escritos dela combinam uma forma literária íntima, pessoal e em diálogo com um público imaginado, estes exemplificam um modelo clássico de oratória política, tendo a autora produzido inúmeros cartazes, panfletos políticos e peças teatrais. Cabe ressaltar que há um debate sobre a intelectualidade e qual era a forma que as mulheres encontraram para expor suas teorias não circunscritas ao ambiente da Academia, fechado para elas. Para encontrar as pioneiras na produção da teoria social, a historiografia das Ciências Sociais deve ampliar a noção do que é intelectualidade. (TOSTE, CAMPOS, 2022).

A francesa inovou na reivindicação de autorreferencialidade entre mulher e representação política, isto é, a defesa da identidade de interesses entre os representantes e os representados. Tendo como referência o currículo do Colégio Pedro II, a Olympe de Gouges pode ser abordada nos trimestres sobre política do 3º ano, ao tratar de direitos e dos princípios do Estado Moderno, e também no debate sobre relações raciais que é tema da 2ª série, além dos estudos de gênero, principalmente numa discussão sobre família, divórcio e parentalidade.

MARY WOLLSTONECRAFT

Esta inglesa, mãe da escritora Mary Shelley autora do livro Frankstein, também pode ser considerada uma feminista antes mesmo da palavra ter sido criada. Wollstonecraft publicou “Reivindicação dos direitos da mulher” em 1792, livro com um palavreado afiado e vibrante em que ela polemiza com Rousseau, autor que ela admirava, mas questionava pela consideração

dele de que as mulheres faziam parte de uma casta virtuosa e romântica que deveria ser confinada ao espaço doméstico e restritas ao papel de mãe e esposa. Ao ser indagada por sua irmã Eliza se queria ter nascido homem, ela responde que gostaria de ter nascido ser humano. Sua obra veemente clamou o casamento como uma prostituição legal e defendia a emancipação da domesticidade pela via educacional. Para Toste e Campos (2022, p.22), “uma de suas contribuições principais reside na crítica à separação entre a esfera doméstica e a esfera pública, mostrando seus entrelaçamentos e indissociabilidade”. Ela advogava pela racionalidade das mulheres e experimentou em vida uma liberdade sexual que deu munição para seus opositores na sociedade conservadora da época.

Com relação aos temas em que seus posicionamentos podem embasar o ensino de Sociologia, temos a divisão sexual do trabalho, a educação e a sexualidade.

HARRIET MARTINEAU

Considerada a mãe fundadora e negligenciada da Sociologia, Harriet Martineau escreveu um tratado de como se deve observar a moral e os costumes 57 anos antes de “As regras do método sociológico” de Durkheim. Muitas das questões sobre validade de nossas observações, o que e como observar continuam mobilizando os esforços de estudantes iniciantes em metodologias de pesquisa. De acordo com seu tratado sobre os requisitos para entender o mundo social, é necessário delimitar o objeto da ciência social/ciência da moral; entender que a vida social é passível de ser um objeto de estudo científico, mas para tal necessita de profissionais treinados; respeitar os princípios postulados que auxiliam o/a investigador/a a controlar suas premissas, seus preconceitos e o senso comum; e a reflexividade, objetividade e “empatia”. Ela se preocupava com as generalizações que tornavam turvas a complexidade das sociedades e problematizou as reações dos observadores em prol de um relativismo cultural ainda que germinal.

Eis então o objetivo do viajante sábio: manter-se protegido tanto do preconceito filosófico quanto do nacional. Ele não se deve permitir ficar perplexo ou enojado ao ver os grandes

fins da associação humana serem buscados por meios que ele jamais teria concebido, e com os quais ele nunca poderia se conciliar. Ele não deve tirar conclusões negativas acerca da alimentação das pessoas comuns porque elas engolem gordura ou escavam melancias, em vez de se deliciarem com carne e cerveja. Ele não deve supor que as reuniões sociais dessas pessoas são um fracasso porque elas comem com as mãos em vez de usar talheres ou porque se cumprimentam tocando as testas umas das outras, em vez de se curvarem. Ele não deve tirar conclusões contrárias às morais domésticas por causa da diversidade de métodos de casamento. (MARTINEAU, 1837)

Em vida, esta inglesa filha de huguenotes franceses que nunca se casou conseguiu ter reconhecimento, vivendo de sua escrita, muito produtiva. Ela obteve sucesso editorial, sendo uma intelectual influente, publicou artigos acessíveis que promoviam uma divulgação popular de economia e política, foi uma abolicionista que se posicionava publicamente pela causa e olhou para a situação das mulheres em seus escritos. Partindo de uma microsociologia para abordar o macro, a autora não considerava a condição de mulher como um obstáculo para a sua observação do social, ela conseguia estar em lugares vedados para homens, como o espaço doméstico. Martineau pioneiramente antecipou debates sobre a autoridade etnográfica e também pesquisou temas como suicídio, religião, Estado, democracia e economia. Pela extensão de seu trabalho, suas teorias podem ser abordadas em diversificados conteúdos programáticos, com destaque para a discussão sobre o método científico - introdutória do curso de Sociologia, democracia, escravidão e a condição na mulher na sociedade.

FLORA TRISTAN

A escritora franco-peruana Flora Tristan participou ativamente dos debates sobre as condições de vida da classe operária na França na primeira metade do século XIX. Ela denunciou a condição das trabalhadoras, considerando que a classe operária possuía dois sexos. Seu livro “União Operária” foi publicado em 1844, 4 anos antes do “Manifesto do partido comunista” de Karl Marx, clamando pela união dos/as trabalhadores/as para lutar contra a penúria em que viviam. Esta obra foi produzida por um financiamento cole-

tivo, tendo em vista as dificuldades da autora em encontrar quem a publicasse. Tristan se reconhecia como uma pária e advogava que a emancipação dos trabalhadores só seria possível na superação da opressão sofrida pelas mulheres.

No currículo de Sociologia, a teoria de Flora Tristan pode e deve ser considerada no trimestre sobre trabalho e sociedade capitalista, além de poder aparecer também no trimestre sobre gênero e sexualidade.

NÍSIA FLORESTA

Uma das representantes brasileiras das teóricas estudadas pelo coletivo foi Nísia Brasileira Augusta Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, precursora do feminismo no país. Floresta traduziu o livro de Wollstonecraft para o português, não se limitando às ideias contidas na obra, mas ampliando para uma análise da realidade brasileira. Seus escritos versavam sobre a educação formal e informal das meninas e a importância desta para a emancipação das mulheres, questionando a formação para o lar.

ANNA JULIA COOPER

A afro-americana Anna Julia Cooper publicou em 1892 “Uma voz do Sul - por uma mulher negra do Sul”, coleção de ensaios e discursos em que enfatiza um outro silenciado tanto no movimento feminista quanto no movimento negro: a mulher negra. Cooper possuía formação acadêmica, fez seu doutorado na Sorbonne, era professora, diretora de escola e ativista, tendo sua atuação muito voltada para a escolarização de qualidade da população negra e de mulheres. Para esta teórica, a luta das mulheres negras não se opunha à dos homens negros ou outros grupos minoritários, como indígenas, contudo, não poderia ser negada a voz de um dos grupos em prol da unidade porque neste processo, mulheres negras, por exemplo, não eram nem ouvidas e se calavam. A movimentação das mulheres negras seria o ponto de partida para o progresso da raça e da sociedade como um todo. No currículo de Sociologia, o debate sobre raça e racismo pode ser formulado com a contribuição da teoria de Cooper.

CHARLOTTE PERKINS GILMAN

Muito conhecida por suas obras literárias, Charlotte Perkins Gilman produziu análises sociológicas sobre diversos assuntos, principalmente a relação entre economia, mulheres, casamento e mercado. No início do século XX, ela problematizava a dificuldade de as mulheres serem donas de casa e construírem uma carreira, algo corriqueiro para homens. Por isso, a instituição matrimônio deveria mudar para acolher esta nova mulher que pretende desenvolver suas habilidades, aptidões, como medida que busca o pleno desenvolvimento humano. Seu texto “Papel de Parede Amarelo”, embora tenha sido classificado como um conto de terror, é considerado por muitos um relato autobiográfico do que Perkins passou no seu pós parto e seu casamento. De maneira geral, o livro questiona a autoridade masculina e médica e traz a questão da infantilização/inferiorização das mulheres.

ALEXANDRA KOLLONTAI

Por ter mais obras traduzidas para o português, Alexandra Kollontai é um nome mais conhecido na comunidade acadêmica e público em geral. As principais teorias desta socialista russa possuem um recorte de gênero e classe e foram acompanhadas de uma intensa participação política na primeira metade do século XX. Ela trabalhou com muito afinco na defesa dos direitos das mulheres, como por exemplo, pela liberdade sexual, aprovação do divórcio e do direito ao aborto, além de numerosos benefícios sociais para a maternidade e a habilitação de creches, garantindo que as mulheres pudessem ser trabalhadoras sem abrir mão da família. No livro “A nova mulher”, publicado em 1918, Kollontai argumenta a importância de uma mulher moderna que não moldasse sua personalidade e interesses dependentes de seu marido. Ela contrapõe a mulher que se volta ao lar daquela que possui outros objetivos que não o matrimônio e o lar, que cultivam sua personalidade, são decididas e lutam pelos seus interesses. Outro ponto que merece destaque consiste na crítica da autora a um feminismo burguês que não se comprometia com a emancipação das mulheres trabalhadoras. A autora pode ser abordada tanto nos debates de gênero e sexualidade, quanto nas

discussões que envolvem trabalho e sociedade capitalista e Estado, poder e política.

ERCÍLIA NOGUEIRA COBRA

Com uma linguagem contundente para a época, os livros da brasileira Ercília Nogueira Cobra questionaram valores familiares tradicionais que representavam uma exploração sexual e laboral das mulheres. Assim, ela polemizava sobre a maternidade compulsória, indicando métodos contraceptivos existentes e se colocando contra a Igreja Católica, contrapunha-se ao casamento como destino incontestado das mulheres e defendia a prostituição, responsabilizando o Estado pela miséria na condição de mulheres que só teriam o corpo para vender em troca do alimento. A classificação da honra pela virgindade feminina foi criticada como algo não higiênico, que abalava a saúde psíquica das mulheres, o que será mais aprofundado na obra “Virgindade Inútil- Novela de uma revoltada”. No contexto do Estado Novo, seus escritos, inspirados em conversas que ela travou com prostitutas, e sua atuação política como anarquista foram motivo para sua prisão. Os argumentos de Cobra podem ser retomados ao serem abordados o movimento feminista, principalmente debates sobre a sexualidade que passaram a ocorrer a partir da 2ª onda e a discussão mais atual sobre prostituição.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa bibliográfica contou com alguns obstáculos como a dificuldade de encontrar as obras traduzidas, o que fez com que outras autoras não fossem escolhidas para o estudo (caso da indiana Pandita Ramabai e da nigeriana Nana Asma’U). Felizmente, algumas obras foram publicadas posteriormente (Toste e Sorj, 2021; Toste e Campos, 2022; De Gouges, 2020), com traduções de algumas das teóricas e textos informativos sobre elas. Outro obstáculo consistia na socialização das estudantes do Ensino Médio na leitura acadêmica, diante de um tempo escasso para conciliação das atividades de pesquisa com as atividades curriculares rotineiras. Sobre esta questão, as reuniões coletivas e individuais foram espaços de auxílio na leitura dos textos

selecionados de cada autora. Um último desafio correspondeu à imaginação sociológica na análise das teorias à luz do currículo da disciplina. Como precisamos ler excertos das obras, o primeiro olhar sobre as teóricas encontrava discussões no campo de estudos de gênero, sendo mais complicado verificar outros vínculos. Pela complexidade do projeto, mesmo com a iniciação científica tendo sido finalizada e as estudantes já estarem formadas, a busca por um currículo que prestigie teorias mais representativas da diversidade continua. Logo, a equipe docente permanece com o objetivo de diminuir esta lacuna de representantes mulheres no pensamento social, tanto de um período anterior ao século XX, como teóricas mais atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pioneiras da teoria social trazidas aqui podem ou não ser abordadas no ensino de Sociologia na Educação Básica, assim como os considerados clássicos da disciplina. Contudo, as teorias iluminam aspectos da realidade social e as suas releituras fortalecem a legitimidade dos autores. Estas teóricas estão saindo de um longo período de silenciamento, tarefa que só acontece por um esforço coletivo, vide a sociedade divulgadora da obra de Harriet Martineau que há quase 30 anos promove o seu conhecimento. As teses das mulheres podem nos ajudar a compreender aspectos não tratados em tantas outras teorias que aparecem nos currículos, trazer respostas alternativas a problemas há muito tempo postos, colaborar na representatividade de mulheres nas Ciências Humanas e suscitar novos debates que dialoguem com a contemporaneidade. Cabe às/aos educadoras/es romper com a reprodução dos currículos que só representam homens ocidentais brancos, uma tarefa complexa tendo em vista que esta é a formação acadêmica da imensa maioria das/os docentes brasileiros.

Os currículos dos cursos de Sociologia silenciam a produção de mulheres há muito tempo, não porque não existam pioneiras na teoria social ou porque suas teorias não sejam significativas, o problema está onde se buscam as referências e com quais critérios. Na Educação Básica, em que trabalhamos com temas, conceitos e teorias, reproduzimos a lógica acadêmica de amplificar as vozes masculinas nas Ciências Sociais. Modificar a tradição

do ensino não é tarefa simples, sendo necessária uma rede de pesquisadoras/es se debruçando sobre outros olhares para a sociedade, tanto de teóricas mulheres quanto de outras minorias políticas. Conduzir esta empreitada no chão da escola envolve um exercício de paciência e perseverança, pois a conciliação da pesquisa com as inúmeras atividades docentes possui muitos obstáculos e desafios, sendo uma tarefa fundamental na mesma medida em que é complicada. O trabalho coletivo envolvendo as discentes garante mais energia e disposição para ampliar o escopo das teorias pesquisadas e semeia a perspectiva de que uma ciência menos masculina é possível.

REFERÊNCIAS

GOUGES, Olympe de. **Avante, mulheres!** Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã e outros textos. São Paulo: Edipro, 2020.

MARTINEAU, Harriet. **Society in America**. Saunders and Otley, 1837.

MORAES, Amaury César; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. **Metodologia de ensino de ciências sociais**: relendo as OCEM-Sociologia. Sociologia: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação, 2010.

SIMAS, Raquel. Olympe de Gouges. In: TOSTE, Veronica; CAMPOS, Luna Ribeiro (org.). **Pioneiras da sociologia**: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX. Niterói: Eduff, 2022. ePUB. – (Coleção Biblioteca Básica).

TOSTE, Veronica; CAMPOS, Luna Ribeiro (org.). **Pioneiras da sociologia**: mulheres intelectuais nos séculos XVIII e XIX. Niterói: Eduff, 2022. ePUB. – (Coleção Biblioteca Básica).

- TOSTE, Veronica; CANDIDO, M. R. .A voz das ciências sociais é masculina?. **Revista Escuta**, mar. 2016. Disponível em <<https://revistaescuta.wordpress.com/2016/03/24/a-voz-das-ciencias-sociais-e-masculina/>>. Acesso em: 06 de jul 2020.

TOSTE, Veronica; SORJ, Bila. **Clássicas do pensamento social:** mulheres e feminismos no século XIX. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.